



Roberto Freire

Freire pede luta por reforma dentro da lei

O senador Roberto Freire (PPS-PE) alertou ontem para as consequências da tática usada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de ocupação de prédios públicos e manutenção de reféns. Freire disse que é preciso ter consciência de que o estado de direito não pode ser colocado em risco. Na sua opinião, todas as formas de pressão, como a greve geral de hoje, são importantes "nos marcos do respeito democrático".

Roberto Freire afirmou também que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, está correto ao repudiar formas de luta que atentam contra a autoridade pública. E lembrou que na década de 60 o Partido Comunista Brasileiro, agora PPS, já alertava que a reforma agrária não seria conquistada com invasões de prédios públicos.

A reforma agrária é hoje, segundo o senador, uma reivindicação ampla, do meio rural e do urbano, não tem caráter ideológico e resulta da mobilização democrática dos trabalhadores rurais e dos sem-terra.

Alcântara crê em acordo para limitar MPs

Página 2

Desigualdade entre regiões cresce, alerta Freitas Neto

Senador reclama que falta vontade política ao governo para corrigir disparidades apontadas em recente relatório feito pela ONU e Ipea

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, feito em conjunto pela ONU e Ipea, comprova que não se eliminou o desnível entre as áreas mais ricas e as mais pobres do País, disse ontem o senador Freitas Neto (PFL-PI). A seu ver, ampliou-se a diferença entre o Sul-Sudeste, com desenvolvimento comparável aos países de primeiro mundo, e o Nordeste e alguns estados do Norte, que estão ficando cada vez mais pobres.

- Em vez de reduzir o desnível entre dois brasis, o que se fez na última década e meia foi repartir ao meio o Brasil mais pobre. Destacou-se dele uma parcela, composta principal-



Freitas Neto

mente por estados do Centro-Oeste e do Norte, que mostra hoje uma renda *per capita* superior e condições de vida melhores. Quanto ao Nordeste, distancia-se cada vez mais da qualidade de vida ideal - afirmou.

Freitas Neto considera que o corte nas verbas de investi-

mentos da União, anunciado pelo governo, prejudicará as regiões mais carentes do País, pois elas dependem dos recursos governamentais para seu desenvolvimento. "Não se pode ainda registrar no atual governo vontade política para conduzir um programa efetivo de redução das desigualdades regionais", destacou.

Segundo o senador, o processo de privatização acentuará a concentração de riqueza, agravando ainda mais as disparidades mostradas pelo relatório da ONU e Ipea. Em apartes, Freitas Neto recebeu o apoio dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Edison Lobão (PFL-MA).



A CAS também convocou ministro para explicar instalação de madeira asiática na Amazônia

Fabricantes vão à CAS explicar cigarro "turbinado"

Os presidentes da Souza Cruz, Flávio de Andrade, e da Philip Morris, Richard Sucre, serão convidados a prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre denúncias publicadas recentemente pela revista *Veja* com relação à adição de amônia ao tabaco.

Segundo requerimento de Romero Jucá (PFL-RR),

aprovado ontem em reunião da comissão, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), a revista, na reportagem "O segredo do cigarro turbinado", revela que a adição da amônia ao tabaco libera uma quantidade maior de nicotina no organismo do fumante, provocando maior dependência do cigarro.

A comissão também aprovou

requerimento de Marina Silva (PT-AC) convocando o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, para prestar informações sobre notícias veiculadas pela imprensa e por ONGs da Amazônia de que empresas asiáticas estão adquirindo serrarias, madeiras e áreas de grande extensão nos estados da região amazônica.

Senado presta homenagem a Renato Archer

O Senado homenageou ontem o ex-deputado Renato Archer, falecido em São Paulo. Diversos senadores se associaram à homenagem, que foi prestada por força de requerimento do senador José Sarney (PMDB-AP) e subscrito pelos senadores Bello Parga (PFL-MA), Edison Lobão (PFL-MA) e Josaphat Marinho (PFL-BA). O senador Pedro Simon (PMDB-RS), designado para representar a Casa nos funerais, e o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) também apresentaram requerimentos com o mesmo objetivo.

Acordo pode limitar uso de MPs, prevê Lúcio Alcântara

Senador do PSDB condena excessos que interferem na competência do Poder Legislativo e defende solução "justa e democrática"

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem acreditar que o Congresso poderá chegar a um consenso e encontrar uma solução "justa e democrática" para a edição das medidas provisórias que atenda não aos interesses do governo ou do Legislativo, mas do País.

O senador disse que o momento exige do Executivo instrumentos para ações rápidas, mas não podem ser aceitos excessos ou abusos que interfiram na competência do Poder Legislativo.

Em aparte, vários senadores

se manifestaram sobre a questão. Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que as MPs poderiam tramitar separadamente, uma vez que há dificuldade de se reunirem as duas Casas. Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou

que existe medida provisória tramitando há três anos sem que o Congresso tenha se manifestado sobre o assunto.

José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltou que está pessimista em relação a um consenso no Senado sobre o tema.



Alcântara

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse que participou de uma reunião de líderes com o presidente Fernando Henrique Cardoso em que este se declarou disposto a negociar a questão.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) anunciou que vai apresentar proposta sobre a validade da medida provisória, e afirmou que o problema da edição de MPs não é do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas da democracia.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Preside sessão deliberativa do Senado.

10h30 - Despachos internos.

16h30 - Participa da reunião do Conselho de Defesa Nacional. *Salão Oval do Palácio do Planalto.*

PLENÁRIO

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

PLENÁRIO

Segunda-feira (24.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

Terça-feira (25.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 134/95, que regulamenta o parágrafo 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão; e *PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

Quarta-feira (26.06.96)

15h - Comparecimento do ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, para prestar esclarecimentos sobre a política de reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares e sobre o projeto de reforma administrativa do Estado.

Quinta-feira (27.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 32/95, que institui o número único de registro civil, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o PLC nº 66/95 e o PLS nº 251/95); *PEC nº 57/95, que

altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; e *PLS nº 82/95, que altera dispositivos da Lei nº 8.004/90, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

COMISSÕES

Terça-feira (25.06.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 198/95 (terminativo), que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

14h30 - CPI sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil

Pauta: Depoimentos dos jornalistas da revista *Veja* Valéria França e Joaquim de Carvalho. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Quarta-feira (26.06.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: A ser definida. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Quinta-feira (20.06.96)

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: A ser definida. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 58/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 136/95, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Requerimentos do senador Gilberto Miranda, solicitando sejam convidados para prestar esclarecimentos, individualmente, à comissão os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da Anfavea e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao *Jornal do Brasil*, em 27.02.95. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.*

Senado autoriza Alagoas a tomar empréstimo externo

Estado poderá contratar US\$ 160 milhões. Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro têm aprovada a rolagem de sua dívida mobiliária que vence no segundo semestre

Waldeck destaca busca de qualidade no Executivo

O Executivo está se preparando para dar mais qualidade aos projetos que serão incluídos na proposta orçamentária. O comentário foi feito ontem pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), após a exposição do técnico do Ministério do Planejamento, Mauro Marcondes, perante subcomissão da Comissão Mista de Orçamento, quando foram mostrados a senadores e deputados a estrutura e o funcionamento do Banco de Projetos de Investimentos - BPI, recém-criado.

Na opinião de Waldeck, relator da subcomissão que tem o objetivo de elaborar projeto de lei complementar ligada à proposta orçamentária anual, o Estado brasileiro estava desaparelhado para a retomada do planejamento de longo prazo.

LDO vai ter parecer votado na terça-feira

Em vista de alguns pontos a serem discutidos pelas lideranças partidárias, o plenário do Congresso Nacional decidiu convocar para terça-feira, dia 25, sessão destinada à discussão e votação do parecer da Comissão Mista de Orçamento sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 1977, apresentado ontem pelo relator, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

No parecer, a comissão mista, presidida pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), conclui pela apresentação de substitutivo, com base na análise de 1.462 emendas apresentadas. Destas, por acordo de liderança, 845 foram rejeitadas, oito consideradas prejudicadas e 569 acatadas parcialmente ou de forma integral.

O Senado autorizou ontem o estado de Alagoas a tomar empréstimo externo, através da emissão de "Secured Global Notes", no mercado internacional, no valor de US\$ 160 milhões. O Ministério da Fazenda se recusou a dar aval à operação, sob o argumento de que Alagoas já ultrapassou o teto de 16% de sua receita líquida real no pagamento de dívidas, conforme condições de endividamento público estabelecidas pelo próprio Senado.

A operação foi defendida pelo relator do pedido de empréstimo, Carlos Bezerra (PMDB-MT), e pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Humberto Lucena (PMDB-PB). O plenário aprovou ainda a rolagem da dívida mobiliária dos estados do Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro vencível no segundo semestre deste ano. Entre outros projetos, foi também aprovado o que institui a residência médico-veterinária, nos mesmos moldes da residência médica.

CRE aprova alteração no Estatuto dos Militares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou projeto de lei do Executivo retirando do Estatuto dos Militares dispositivo que prevê a transferência, para a reserva remunerada, do militar que passar a exercer cargo ou função permanente no magistério. O relator da matéria, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), foi favorável ao projeto, que será submetido agora ao plenário do Senado.

A comissão aprovou ainda indicações de embaixadores, acordos internacionais, voto de louvor à OEA, que elegeu o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) para receber o Prêmio Internacional de Educação "Andrés Bello", e voto de pesar pela morte do ex-ministro Renato Archer.



Antonio Carlos preside reunião da CRE

Edison Lobão defende-se de acusações da revista *Veja*

O senador Edison Lobão (PFL-MA) repeliu matéria publicada pela revista *Veja* com a insinuação de que ele estava patrocinando uma forma de o Tesouro perder recursos mediante o resgate de títulos da dívida pública



Lobão

emitidos no governo de Nilo Peçanha. "Não é possível que os homens públicos sejam submetidos a maledicências dessa natureza", insurgiu-se o senador, dizendo que essa é uma publicação que poderia ser respeitável, "mas não é". Explicou que não tem um só título, mas sensibilizou-se com algumas senhoras herdeiras desses papéis que o procuraram em busca do ressarcimento.

Suplicy afirma que FHC falou meia-verdade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso falou "uma meia-verdade" quando discursou, na segunda-feira, para os estagiários da ESG. Segundo o senador, ao contrário do que disse o Presidente, o Proer influencia os recursos do governo federal, tanto do lado da receita quanto do das despesas. O senador destacou no discurso do Presidente 14 pontos que, na sua opinião, não correspondem totalmente à verdade. Entre eles, o senador afirmou que não há porque comparar as taxas de juros do Proer com os custos médios de captação do Banco Central. Em apertado, Lauro Campos (PT-DF) apoiou Suplicy, enquanto Jefferson Peres (PSDB-AM) e Ramez Tebet (PMDB-MS) defenderam o governo.

ACM pede pressa para projeto contra demissão em bancos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu à presidência do Senado urgência na tramitação do projeto de sua autoria que proíbe os bancos beneficiados pelo Proer de efetuarem demissões imotivadas. Ele não quer que o projeto corra o risco de ser aprovado apenas quando essas demissões já forem um fato consumado. ACM apresentou o projeto com o argumento de que bancos beneficiados com um programa criado pelo governo não podem criar um problema social realizando demissões sem justa causa. Ele quer que isso só ocorra quando absolutamente necessário, devendo a instituição financeira apresentar explicações realmente convincentes.

Iraque em busca de reaproximação

O Iraque pretende restabelecer relações comerciais com o Brasil depois do embargo imposto pela ONU em razão da guerra do Golfo. A intenção foi manifestada por missão iraquiana, em visita ontem ao presidente do Senado, José Sarney. Integraram a comitiva o ministro da Juventude e do Esporte, Saif-Al Dim Ahmed, o líder estudantil Abdul Ahmad e o embaixador no Brasil, Qais Tawfic.

Nabor contesta fala de governador

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) contestou entrevista dada na televisão pelo governador do Acre, Orleir Cameli, o qual afirmou que "políticos" do estado fazem campanha contra a ampliação da malha rodoviária acreana e apelam para a paralisação das obras. "Quem são afinal esses políticos?", indagou o senador, acrescentando: "só podem ser os políticos aliados e auxiliares do próprio governador".

Suplicy elogia obra de prefeito em SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou ontem o prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palossi, pela reinauguração do Teatro Pedro II, ocorrida na quarta-feira em comemoração pelos 140 anos daquela cidade do interior paulista. O senador esteve presente na solenidade.

Suplicy informou que o teatro foi construído na década de 20 por João Meira Júnior, proprietário da Companhia Cervejaria Paulista.

CAS aprova regulamentação profissional em acupuntura

Substitutivo de Valmir Campelo que agora vai a plenário exige curso superior e reconhece direitos de quem já exerce a profissão



Comissão para Nordeste é instalada

Instalou-se na manhã de ontem comissão especial destinada a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamen-

tais para a região Nordeste, tendo como presidente Beni Veras (PSDB-CE), vice-presidente Fernando Bezerra (PMDB-RN) e relator Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Jungmann será convocado a explicar política agrária

A Comissão de Assuntos Sociais vai convocar o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, para explicar a política do governo para o setor. Os senadores tomaram a decisão durante a discussão de requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pretendiam convidar o empresário Olacyr de Moraes a prestar esclarecimentos sobre a proposta de venda, ao governo federal, de terras de sua propriedade para fins de reforma agrária.

O requerimento não foi votado porque os senadores consideraram conveniente ouvir primeiro o ministro.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) foi da opinião de que "não se deve discutir a intenção de Olacyr. O que devemos discutir é a intenção do governo de comprar estas terras e que tipo de ação ele deve tomar". Também o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) preferiu a alternativa de convidar primeiro o ministro para depois avaliar a necessidade de se convocar Olacyr de Moraes.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem substitutivo de Valmir Campelo (PTB-DF) a projeto de lei da Câmara que regulamenta o exercício profissional da acupuntura. De acordo com o substitutivo, serão considerados acupunturistas o profissional com graduação superior em acupuntura e os profissionais das demais áreas de saúde, de nível superior, portadores de diploma de curso de especialização em acupuntura, a ser reconhecido por órgão competente do MEC.

A proposição, que vai agora à apreciação do plenário do Senado, assegura a prática da profissão a quem já a exerce, comprovado o exercício profissional até a data de publicação da lei, e cria o Conselho Federal de Acupuntura.

Quem possui certificado de curso de capacitação em acupuntura, emitido por escolas oficiais ou reconhecidas pelos conselhos estaduais de educação, será considerado "técnico em acupuntura".

Durante o debate, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ser "justo que se considerem as pessoas que já vêm praticando a profissão". Casildo Maldaner (PMDB-SC) também apoiou o substitutivo, por propor alternativas à medicina tradicional. Waldeck Ornelas (PFL-BA) disse "não ter dúvida quanto à regulamentação, ali porque se trata de saúde pública".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amural
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal